Fórum Municipal de Educação
FMESP
Cidade de São Paulo

ATA DA REUNIÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO – FME 01/09/2026

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2026, às 18h30, em segunda chamada, conforme previsto no Regimento Interno, teve início a reunião do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo. A Coordenação iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes e registrando o início da reunião em segunda chamada, conforme previsão regimental. Prosseguindo com a ordem dos trabalhos, sendo coordenada por **Edilene de Cássia e Fátima Antônio,** além dos demais, **Maria Vilany e Felipe** compondo a mesa, enquanto Executiva deste Fórum, A reunião teve início com a apresentação da pauta, que foi considerada extensa. Foi informado que os relatos seriam concentrados ao final da reunião, com aproximadamente três minutos para cada informe. A pauta contemplou, entre outros pontos, **aprovação da agenda, leitura e aprovação de atas, justificativas de ausência, informes da Secretaria Executiva, admissão e readmissão de entidades, Comissão Técnica, GEDUC, Comissão Organizadora, Comissão de Monitoramento e Sistematização, reuniões e propostas regionais, Nota Técnica da SME, solicitação de espaço, organização da conferência, locais, pré-conferências temáticas e apresentações das Câmaras Técnicas**. Foi informado ainda que a reunião seria transmitida pelos canais oficiais, incluindo YouTube e TV Câmara. Na sequência, foi relatado que as atas dos meses de junho e julho foram colocadas em apreciação. Não foram apresentadas alterações ou sugestões durante a reunião, ficando mantida a possibilidade de encaminhamento de observações por e-mail, Em seguida, foram apresentadas **justificativas de ausência** de integrantes, incluindo situações de viagem, participação em outros eventos e atividades da Secretaria Executiva. Foi reforçado que o e-mail é o canal oficial para o registro das justificativas, embora as mensagens encaminhadas por WhatsApp também sejam acompanhadas. Foram justificadas as ausências de: **Claudia Bandeira, Denise Oliveira, Emilio Celso de Oliveira, Ari Batista dos Santos, Lúcia Aparecida de Souza, Kezia Adriana de Araujo Alves, Valéria Leão Ramos, Simone de Oliveira Andrade Silva, John dos Santos Silva, João Luiz Martins, Cleonice Helena Oliveira da Silva, Maciel Silva Nascimento, Silvia Teixeira Cardenuto, Maria Filomena de Freitas Silva, Raquel Macedo Urias dos Santos**. Na sequência, foram apresentadas entidades interessadas em integrar o Fórum Municipal de Educação, entre elas a **Comunidade Vivências Superdotadas, o Fórum da Cidadania da Pessoa Idosa – Neid Duque da Mooca e o Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo – Rede Parceira.** Também foram tratadas **readmissões e ratificações de representações dos CRECEs regionais**. Na apresentação sobre altas habilidades/superdotação, Juliano André Souza apresentou a **Comunidade Vivências Superdotadas**, abordando a temática das altas habilidades/superdotação, os estereótipos existentes, a diversidade de interesses e a necessidade de reconhecimento educacional e social dessas pessoas. Também destacou situações de bullying, sofrimento e dificuldades de inclusão, defendendo maior atenção às especificidades desse público. Na apresentação d**o Fórum da Cidadania da Pessoa Idosa e EJA**, Maria de Deus Estevinho Lopes Gianatásio, aposentada da rede municipal e com longa trajetória na educação, apresentou questões relacionadas à população idosa. Defendeu uma EJA diferenciada para pessoas idosas, considerando suas necessidades específicas. Foi destacada a necessidade de um currículo que contemple benefícios, gerontologia, educação digital e direitos humanos, além da possibilidade de utilização dos Núcleos de Convivência de Idosos como espaços para ações educacionais. **Foram informados e ratificados os reingressos de: Movimento Equipe Docentes de São Paulo e UMA PAZ – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Foram ratificados os ingressos de: Fórum Regional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA Butantã (Maria Fernanda) Fórum Regional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA Curuçá Titular: Eliane Chagas Rodrigues e Suplente Rosemeire Pereira de Souza Fórum**

Regional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA Pinheiros e Miriam Tronnolone. Na sequência, sobre a apresentação e desenvolvimento do trabalho, foram apontadas três frentes principais de trabalho: as **Câmaras Técnicas temáticas**; a **Comissão Técnica** responsável pelas discussões do regimento da conferência; e o movimento territorial, por meio das **Comissões Regionais de Educação**. Na sequência, foi apresentada do Relatório-Síntese das 13 Câmaras Técnicas considerando: **Objetivo do PNA com apresentação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelas Câmaras Técnicas, considerando a análise dos objetivos do PNE e sua relação com as metas e desafios para o município de São Paulo.** Deu-se início à apresentação da **CÂMARA TÉCNICA 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL** - A Câmara Técnica de Educação Infantil relatou a realização de reuniões com participação de representantes de diferentes territórios. O trabalho foi construído coletivamente, destacando a necessidade de considerar famílias e responsáveis, inclusive porque nem todos os bebês e crianças estão inseridos em espaços institucionais. Foi apontada a necessidade de estudos e formação, uma vez que parte dos participantes ainda não conhecia suficientemente o PME ou não havia participado de processos anteriores. O grupo discutiu a história da Educação Infantil e a importância dos movimentos sociais, especialmente a luta das mulheres e a afirmação da educação como direito da criança e da classe trabalhadora. Também foi ressaltada a necessidade de diagnóstico e de análise das diferentes realidades territoriais, bem como a relação entre acesso e qualidade da Educação Infantil. Na continuidade, foi apresentada a **CÂMARA TÉCNICA 2 – ALFABETIZAÇÃO, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO** - A Câmara Técnica informou que trabalhou com os objetivos do PNE relacionados à alfabetização, conclusão da educação básica e aprendizagem. O grupo se reuniu semanalmente e foi dividido em subgrupos. Produziu um relatório com dados da SME, INEP, MEC e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Foram discutidas as metas relacionadas à alfabetização, fluxo escolar, formação de professores, financiamento, inclusão e gestão democrática. Foi destacado que, em 2025, segundo os dados apresentados pelo grupo, 57% das crianças estavam alfabetizadas ao final do 2º ano, enquanto 43% não haviam alcançado a alfabetização esperada para essa etapa. Também foram apontadas diferenças territoriais e a necessidade de dados desagregados por DRE, rede, raça/cor e condição socioeconômica. O grupo destacou ainda a necessidade de políticas de busca ativa e ampliação da EJA, além do enfrentamento da reprovação, abandono e distorção idade-série. Na sequência, foi apresentada a **CÂMARA TÉCNICA 3 – EDUCAÇÃO INTEGRAL E TEMPO INTEGRAL** - A Câmara Técnica discutiu o objetivo do PNE relacionado à ampliação da educação em tempo integral, considerando o parâmetro de sete horas diárias e trinta e cinco horas semanais. Foram analisadas relações com diferentes metas do PME. O grupo identificou avanços relacionados à ampliação do atendimento, à presença do professor orientador de educação integral, ao planejamento e a iniciativas de articulação intersetorial. Entretanto, foram apontadas desigualdades territoriais e diferenças entre etapas de ensino. Também foi destacada a necessidade de dados por raça, renda, território e vulnerabilidade. O grupo alertou para o risco de expansão sem infraestrutura adequada e defendeu que a educação integral não seja compreendida apenas como ampliação do tempo de permanência, mas como uma proposta curricular integrada, com profissionais e espaços adequados. Foram apontadas três prioridades: concepção de educação integral, equidade e diagnóstico territorial, e intersetorialidade. Na continuidade, **CÂMARA TÉCNICA 5 – SUSTENTABILIDADE** - A Câmara Técnica de Sustentabilidade apresentou a importância da educação ambiental e da sustentabilidade na construção do novo PME. Foram discutidas questões relacionadas à emergência climática, resiliência, sustentabilidade, educação ambiental crítica e formação de educadores. Também foram citadas experiências existentes nas escolas, como hortas, compostagem, redução de resíduos, alimentação e diálogo com as comunidades. Foi destacada a necessidade de considerar o racismo ambiental e os diferentes impactos das mudanças climáticas sobre populações vulnerabilizadas. Entre as propostas discutidas estão arquitetura bioclimática, conforto térmico, redução do número de estudantes por turma, soluções para climatização e utilização de energia solar, além da integração entre infraestrutura e currículo. Na sequência, foi apresentada a **CÂMARA TÉCNICA 6 – EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA**

- O grupo discutiu a centralidade das questões étnico-raciais na construção do PME, destacando a necessidade de evitar retrocessos e incorporar as contribuições dos movimentos sociais. Foi defendida a presença explícita das identidades e especificidades da educação escolar indígena e quilombola, bem como a consideração do território em sua dimensão ancestral e cultural. Também foram discutidas as relações entre raça e gênero e a necessidade de ações específicas para enfrentar desigualdades que atingem meninas e mulheres negras, inclusive com previsão orçamentária. Na sequência, foi apresentada a **CÂMARA TÉCNICA 7 – EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS** - A Câmara Técnica apresentou a necessidade de garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem com qualidade para estudantes da Educação Especial e da educação bilíngue de surdos. Foram abordadas barreiras arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais e comunicacionais. A acessibilidade comunicacional foi destacada como elemento fundamental, incluindo Libras, Braille, comunicação aumentativa e alternativa, recursos táteis e outras estratégias. O grupo defendeu que a acessibilidade comunicacional esteja presente no Atendimento Educacional Especializado, nas salas regulares e nos espaços comuns, acompanhada de tecnologia assistiva e formação continuada. Também foram apontadas a necessidade de mapeamento territorial, busca ativa, infraestrutura acessível, transporte, formação dos profissionais e atenção às altas habilidades/superdotação. Em seguida, foi apresentada a **CÂMARA TÉCNICA 8 – EJA** - A Câmara Técnica de Educação de Jovens e Adultos discutiu a necessidade de garantir alfabetização, acesso, permanência e conclusão da educação básica para jovens, adultos e pessoas idosas. Foram apresentados dados que suscitaram preocupação com os índices de analfabetismo e escolarização. O grupo destacou características específicas da EJA, como a juvenilização, a necessidade de busca ativa, horários diferenciados, formação dos profissionais e manutenção das turmas. Foi ressaltada a necessidade de considerar a realidade territorial, já que muitos estudantes são trabalhadores e precisam de escolas próximas de suas casas ou locais de trabalho. Também foi destacado que a EJA possui forte dimensão de raça, gênero e classe social, com grande presença de mulheres negras e concentração de pessoas não alfabetizadas nas periferias. Como prioridades, foram indicadas a expansão da EJA presencial, políticas de permanência e busca ativa efetiva. Em seguida, foi apresentada a **CÂMARA TÉCNICA 9 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA** - A Câmara Técnica de Educação Profissional e Tecnológica discutiu os objetivos do PNE relacionados ao acesso, permanência, conclusão e qualidade da educação profissional e tecnológica. Foram mencionadas instituições como Centro Paula Souza, Instituto Federal, Sistema S e instituições privadas. O grupo destacou a necessidade de mecanismos de avaliação da qualidade da educação profissional, bem como de articulação entre formação técnica, mercado de trabalho, sistemas produtivos e qualificação científica e tecnológica. Também foi apresentada a proposta de realização de seminário para contribuir com as discussões da Conferência Municipal de Educação. Na sequência, foi apresentada a **CÂMARA TÉCNICA 13 – PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA** - A Câmara Técnica apresentou uma síntese construída a partir da Conferência Municipal de Educação de 2023, relacionando participação, controle social, planejamento, gestão, monitoramento e avaliação. Foi destacada a existência de diversos espaços democráticos na cidade, como conselhos de escola, APM, CRECE, grêmios, Comissão de Mediação de Conflitos, CIPA, Fórum e conselhos setoriais. Entretanto, possuir formalmente esses espaços não garante, por si só, uma gestão democrática efetiva. É necessário considerar a qualidade do funcionamento, a formação, a participação e a articulação entre os diferentes espaços. Foi ressaltada a importância de dados acessíveis, territorializados e compreensíveis para a população, além da necessidade de devolutiva às pessoas que participam dos processos de discussão. A participação democrática depende de condições concretas, como tempo, trabalho, cuidado, mobilidade, acessibilidade, acesso digital e segurança. Foi apresentado o conceito de letramento democrático, relacionado à formação necessária para que as pessoas compreendam os processos e possam participar de maneira qualificada. O desafio do novo PME não é apenas ampliar mecanismos de participação, mas transformar a infraestrutura democrática existente em um sistema efetivo, articulado e equitativo de participação, formação, decisão, monitoramento e

devolutiva. Na sequência, foi apresentada a CONTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Uma participante, Ana, ATE da DRE Pirituba, trouxe a perspectiva das famílias e destacou a importância de humanizar os dados educacionais. Relatou sua experiência como mãe de uma criança neurodivergente e as dificuldades encontradas para garantir respostas educacionais adequadas às necessidades do filho. Também relatou dificuldades para desenvolver, em parceria com a universidade pública, um projeto gratuito relacionado a práticas inclusivas. A intervenção trouxe questionamentos sobre a abertura das escolas públicas para pesquisas e produção de conhecimento e sobre a relação entre a rede pública e entidades privadas. **No item INFORMES** – FORMAÇÃO, VALORIZAÇÃO E FINANCIAMENTO, foi informado que as Câmaras Técnicas de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação e de Financiamento estavam realizando seus estudos e fariam a apresentação na reunião seguinte. A Câmara de Formação e Valorização analisava a meta relacionada à equiparação salarial dos profissionais da educação com outras carreiras de nível universitário. A Câmara de Financiamento estudava proposta de ampliação do financiamento da educação para 37%, incluindo discussão sobre subvinculação para a Educação Especial. No item ARTICULAÇÃO COM A REDE ESTADUAL, Foi destacada a necessidade de ampliar a participação da rede estadual no processo de construção do Plano Municipal de Educação. O Fórum vem dialogando com a Secretaria Municipal de Educação para mobilizar as unidades regionais de ensino e garantir a participação da rede estadual nas Comissões Regionais e no Fórum Municipal. Ao final da apresentação, reforçou-se que os registros e materiais das Câmaras Técnicas deverão compor a sistematização do trabalho do FME e subsidiar as etapas de construção do novo PME e ser enviados para o e-mail do Fórum: forummunicipaldeeducacaosp@gmail.com. Na reunião das quatro instâncias, realizada em 21/08/2026 foi pontuado sobre: Avaliação dos encontros regionais realizados; envio das propostas pelas Unidades Educacionais PME na Rede – até 30/09/2026; Recebimento das propostas para composição do Texto-Base – até 15/10/2026 e Nota Técnica da SME com a linha de base 2015–2025; Relatório Final da Conferência de 2023; Painel de Monitoramento do PME; Quanto à solicitação de espaço para divulgação das ações do FME no portal da SME; Concepção e desenho das Conferências; organização da dinâmica das Conferências Regionais; Definição dos locais para realização da Conferência Municipal; Discussão sobre as Conferências Livres e a possibilidade de eleição de delegados e Pré-Conferências Temáticas: apresentação da proposta de realização das Pré-Conferências Temáticas A Comissão de SISTEMATIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO ENTRE CÂMARAS E CONFERÊNCIAS - A Comissão de Sistematização e Monitoramento informou que irá socializar os materiais produzidos pelas Câmaras Técnicas e organizar um espaço compartilhado para armazenamento dos documentos. Foi destacada a importância de articular os diferentes grupos, uma vez que diversos objetivos e temas se cruzam. Financiamento, equidade, dados, raça/cor, gênero, nível socioeconômico e territorialização foram apontados como temas transversais. Também foi reforçada a possibilidade de realização de conferências temáticas e conferências livres até 15 de outubro. As conferências deverão ser comunicadas ao Fórum Municipal de Educação, de modo a permitir o registro de suas produções e, conforme os encaminhamentos definidos, a validação dos delegados escolhidos. As produções das Câmaras Técnicas deverão subsidiar o texto-base para as Conferências Regionais de Educação. Quanto à reunião com a GEDUC – Ministério Público, com o Promotor de Justiça Edi Fonseca Lago, realizada em 19/08, foram abordados, no diálogo com o Promotor, esclarecendo as questões referentes a IN 26/2026 e toda organização, o calendário e a programação do Plano Municipal de Educação, destacando a participação do GEDUC/Ministério Público no acompanhamento do processo. Foi discutida a necessidade de articulação entre SME, Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Comissão de Educação da Câmara Municipal. Também foi destacada a necessidade de monitoramento do PME 2015–2025, utilizando dados históricos, relatórios da Conferência Municipal de Educação de 2023 e outras informações que permitam construir um diagnóstico da educação paulistana. Foi reafirmada a compreensão de que o Plano Municipal de Educação não é apenas um plano da rede municipal, mas um plano da cidade. COMISSÃO REGIONAL DE SANTO AMARO – A Comissão Regional de Santo Amaro relatou que iniciou sua organização em junho e passou

a mobilizar entidades e representantes do território. Foram realizadas reuniões presenciais com representantes de CCA, MOVA, EJA e outras organizações, além de reuniões com supervisores escolares, servidores da DRE e equipes gestoras. O grupo realizou estudos sobre PNE, PME e documentos da Conferência de 2023 e preparou as escolas para a discussão da Nota Técnica. Também foram planejadas sete conferências livres no território, em diferentes dias e horários, buscando ampliar a participação. Foi ressaltado que não basta encaminhar documentos: é necessário promover formação e letramento para que os participantes compreendam sua responsabilidade na construção do planejamento educacional dos próximos dez anos. Nas considerações finais, foi ressaltada a qualidade do trabalho desenvolvido pelas Câmaras Técnicas em um período curto. Foi destacada a importância de construir um Plano Municipal de Educação que reflita a realidade educacional da cidade de São Paulo e contemple diferentes segmentos e territórios. A reunião foi considerada um momento de mobilização, participação e esperança, compreendendo a esperança como ação e compromisso com a transformação da realidade. Foi reafirmado o compromisso com uma educação justa, com qualidade social e equidade para bebês, crianças, jovens, adultos e todos os sujeitos que fazem parte da escola. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, com a convocação para a próxima reunião, prevista para o dia 4, em formato on-line. Eu, Maria Vilany, da Secretaria Executiva do FMESP, lavrei a presente ata. São Paulo, 1º de setembro de 2026.